

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL
DE MINAS GERAIS CAMPUS – PASSOS**

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM MÍDIAS E EDUCAÇÃO

MARIA FERNANDA MARCELINO DA COSTA

MANUAL ANTIRRACISTA AMBIENTAL:

**PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EDUCOMUNICATIVA SOBRE O RACISMO
AMBIENTAL**

PASSOS

2026

MARIA FERNANDA MARCELINO DA COSTA

**MANUAL ANTIRRACISTA AMBIENTAL:
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EDUCOMUNICATIVA SOBRE O RACISMO
AMBIENTAL**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como pré-requisito de conclusão do curso de
Pós-graduação Lato Sensu em Mídias e
Educação no Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais –
Campus Inconfidentes, para Obtenção do Título
de Especialista em Mídias e Educação.**

Orientador: Dr. Michel Carvalho da Silva

PASSOS

2026



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFSULDEMINAS - Campus Passos

ADTC Nº18/2025/BIBLIOTECA/DDE/DG/PAS/IFSULDEMINAS

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 06 (seis) dias do mês de DEZEMBRO do ano de 2025, às 8:30 (oito e trinta) horas, por videoconferência pela plataforma Google Meet, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul de Minas Gerais – Campus Passos, na presença da Banca Examinadora presidida pelo Professor Orientador Dr. Michel Carvalho da Silva e composta pelos examinadores: Professor Dr. Diogo Rógora Kawano (membro interno) e Professora Ma. Karina de Paula Carvalho, a discente **MARIA FERNANDA MARCELINO DA COSTA** apresentou o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "*Manual Antirracista Ambiental: Proposta de Intervenção Educomunicativa sobre o Racismo Ambiental*", como requisito curricular para a integralização do Curso de **Pós-Graduação Especialização em Mídias e Educação**. Após reunião em sessão reservada, a Banca Examinadora deliberou e decidiu em **APROVAR** o referido trabalho, com nota 10,0 (dez) divulgando o resultado formalmente ao discente e demais presentes. Eu, na qualidade de Coordenador do Curso e Organizador de TCC, lavrei a presente ata que segue assinada por mim, pelo Presidente e pelos demais examinadores da banca.

PASSOS (MG), 06 DE DEZEMBRO DE 2025.

Danilo Vizibeli

Coordenador de Curso e Organizador de TCC

Portaria Nº. 78/2024/PAS/IFSULDEMINAS

Documento assinado eletronicamente por:

- Danilo Vizibeli, AUXILIAR DE BIBLIOTECA, em 08/12/2025 20:51:50.
- Karina de Paula Carvalho, Karina de Paula Carvalho - Outros - Ifsuldeminas - Campus Passos (10648539000709), em 08/12/2025 20:58:59.
- Michel Carvalho da Silva, Michel Carvalho da Silva - Outros - Ifsuldeminas - Campus Passos (10648539000709), em 08/12/2025 21:43:07.
- Diogo Rogora Kawano, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 09/12/2025 09:07:06.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 08/12/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 616832
Código de Autenticação: afb68da8eb



**Manual Antirracista Ambiental: Proposta de Intervenção Educomunicativa
sobre o Racismo Ambiental**

**Anti-Racist Environmental Manual: A Proposal for Educational Communication
Intervention on Environmental Racism**

Maria Fernanda Marcelino da Costa¹
Michel Carvalho²

Resumo

O debate atual sobre as mudanças climáticas revela a desigualdade de seus impactos sobre grupos racializados e vulnerabilizados, reforçando a relevância do conceito de racismo ambiental, ainda pouco conhecido. Pesquisa do Projeto SETA, em parceria com o Instituto Peregrum e o IPEC, mostra que apenas 24% da população reconhece o termo. A atualização da Lei nº 14.926/2024, que revisa a Política Nacional de Educação Ambiental, enfatiza a inclusão de temas como clima, biodiversidade e vulnerabilidades socioambientais nos currículos. Paralelamente, as redes sociais ampliam a divulgação e a denúncia dessas desigualdades. Nesse cenário, torna-se essencial promover práticas pedagógicas orientadas pela justiça climática. Propõe-se, portanto, a criação de um material de apoio sobre racismo ambiental para educadores, destinado a atividades escolares e mídias digitais, com o objetivo de fortalecer a consciência socioambiental e incentivar ações educativas transformadoras.

Palavras Chaves: justiça climática; educação ambiental; tecnologias educacionais

Abstract

The current debate on climate change reveals the unequal impacts on racialized and vulnerable groups, reinforcing the relevance of the concept of environmental racism, which is still little known. Research from the SETA Project, in partnership with the Peregrum Institute and IPEC, shows that only 24% of the population recognizes the term. The update to Law No. 14.926/2024, which revises the National Environmental Education Policy, emphasizes the inclusion of topics such as climate, biodiversity, and socio-environmental vulnerabilities in curricula. Simultaneously, social media amplifies the dissemination and denunciation of these inequalities. In this scenario, it becomes essential to promote pedagogical practices guided by climate justice. Therefore, this paper proposes the creation of support material on environmental racism for educators, intended for school activities and digital media, with the aim of strengthening socio-environmental awareness and encouraging transformative educational actions.

Keywords: climate justice; environmental education; educational technologies

¹Maria Fernanda Marcelino da Costa, Engenheira Ambiental e Especializanda em Mídias e Educação, IFSULDEMINAS-Campus Passos, m.mariafernandadacosta@gmail.com

²Michel Carvalho, Doutor em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC) e Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Também é integrante do Grupo de Pesquisa Mediações Educomunicativas (MECOM), vinculado à ECA/USP, midiaacidada@gmail.com

1. Introdução

Diante da crescente inquietação em relação às mudanças climáticas, observa-se uma crescente discussão desses fenômenos extremos em torno da ótica racial. Daí surge o termo racismo ambiental, utilizado para determinar as ações de desigualdade e de injustiça ambiental que pesa desproporcionalmente em etnias e grupos vulnerabilizados socialmente (Herculano, 2008).

Porém, a expressão “racismo ambiental” é um bastante desconhecido entre populares, causando uma certa estranheza, partindo de um ponto de ignorância, em que muitos acreditam que mais uma forma de vitimização dos povos minoritários. Em pesquisa “Percepções sobre Racismo no Brasil”, realizada pelo Projeto SETA (Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista) em parceria com o Instituto de Referência Negra Peregrum e conduzida pelo IPEC, apresentou que apenas 24% da população tem conhecimento ou já se deparou com o termo Racismo Ambiental (Portal Geledés, 2024).

Com alteração da Lei nº 14.926, de 17 de julho de 2024, que altera a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999). Essa atualização normativa tem por objetivo assegurar maior atenção às mudanças climáticas, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades decorrentes de desastres socioambientais, conferindo nova ênfase ao papel das escolas de educação básica e das instituições de ensino superior na abordagem desses temas.

Com a popularização das redes sociais, aproveitando a facilidade e prontidão de acesso para informar, comunicar, evidenciar e denunciar os eventos relacionados às desigualdades sociais presentes na sociedade contemporânea, as discussões sob essa ótica nestes ambientes se expandem.

Nesse sentido, a educação ambiental e a educomunicação se tornam uma alternativa para transmitir sobre tais fatos, podemos considerar uma perspectiva positiva quando se considera a afirmação do ex-ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, presente na obra Ecologia e Cidadania (1997, p. 16):

A educação ambiental bem ensinada e bem aprendida tem de ter relação com a vida das pessoas, o seu dia-a-dia, o que elas veem e sentem, o seu bairro, a sua saúde, as

alternativas ecológicas. Caso contrário, é artificial, distante e pouco criativa.
(CARLOS MINC, 1997)

Esta alternativa junto às redes sociais contribui na disseminação de conhecimento para a população sobre a temática. Fonte Visto que com a inovação trazida pela educomunicação socioambiental reside não apenas no acesso à informação como ocorre, por exemplo, ao consultar um website, mas também na possibilidade de produção de conteúdo pelos próprios sujeitos. Essa produção pode se manifestar em diferentes formatos, como blogs, redes sociais ou vídeos colaborativos, sendo assim, uma disseminação de conteúdos por meio de múltiplas plataformas midiáticas, superando os limites de um único suporte (Correia et al., s.d).

Diante da relevância dessa problemática, torna-se imprescindível fomentar reflexões e práticas pedagógicas orientadas pela perspectiva da justiça climática. O objetivo deste trabalho é a elaboração de uma proposta de intervenção que consiste na construção de um material de apoio sobre a temática do racismo ambiental voltado aos educadores, concebido para uso tanto em atividades didáticas desenvolvidas em sala de aula quanto em publicações nas redes sociais.

Ressalta-se que, apesar da relevância social e ambiental do tema, ainda são escassos os trabalhos acadêmicos que abordam o racismo ambiental de maneira sistematizada no campo educacional, especialmente no que se refere à produção de materiais pedagógicos direcionados à prática docente. Nesse sentido, tal material busca promover a disseminação de informações de forma acessível, transparente e pedagogicamente fundamentada, contribuindo para o fortalecimento da consciência socioambiental e da ação educativa transformadora.

2. Referencial Teórico

2.1 Educomunicação e Educação Midiática

A expressão Educação para as Mídias ou Mídia Educação surgiu na década de 1960, vinculada a organismos internacionais como a UNESCO, articulando duas dimensões: o uso das mídias de massa como recurso para Educação a distância e a necessidade de uma abordagem crítica diante de seus potenciais efeitos ideológicos, políticos e de consumo (Bévort; Belloni, 2009 apud Cortes; Martins; Souza, 2018). Em 1973, a UNESCO formalizou essa dupla perspectiva ao defini-lá como campo voltado tanto à leitura crítica e intervenção frente aos impactos dos meios quanto ao uso pedagógico das tecnologias comunicacionais (Cortes; Martins; Souza, 2018).

Desse modo, a intersecção entre Educação e Comunicação, Soares (2014) sistematiza em três protocolos orientadores: moral, cultural e midiático (educomunicativo). O Protocolo Moral, de origem religiosa e predominante desde a década de 1930, caracteriza-se por ações educativas voltadas à proteção contra os supostos riscos morais das mídias. O Protocolo Cultural compreende a comunicação como componente da cultura e enfatiza o estudo crítico dos meios, buscando formar crianças e jovens capazes de interpretar e relativizar seus efeitos. Já o Protocolo Midiático, desenvolvido na América Latina a partir dos anos 1980, tem base nos movimentos sociais e defende o direito universal à comunicação, priorizando a ampliação da expressividade e da participação dos sujeitos no processo comunicativo.

O conceito de educomunicação refere-se:

Os processos comunicacionais com intencionalidade educativa explícita, voltados para a democratização da produção, gestão e circulação da informação nos diferentes meios e formatos comunicacionais. (TASSARA, 2008, p. 80).

A partir disso, Soares (2011) destaca a educomunicação como um caminho promissor para a renovação das práticas sociais e para o fortalecimento de processos formativos mais democráticos e transformadores. Somado a isso, revela-se como uma possibilidade teórica e prática para promover uma reorientação estratégica no modo como se abordam as questões ambientais urbanas, contribuindo, assim, para a construção de uma cidadania ambiental urbana (Citelli; Falcão, 2020).

Em sua essência, tanto a educomunicação quanto a educação ambiental partilham a defesa de uma formação integral e configuram-se como temas transversais a todas as áreas do conhecimento (Moreira; Silva, 2013, p. 114). Nesse contexto, surge a expressão educomunicação ambiental ou socioambiental que, conforme Costa (2008), designa a dimensão pedagógica dos processos comunicativos ligados ao meio ambiente, fundamentada em uma abordagem participativa, coletiva e dialógica.

2.2 Educação Ambiental

A Educação Ambiental, nesse contexto, constitui uma proposta de mudança paradigmática que ultrapassa os limites do campo educacional, estendendo-se às esferas científica, cultural e política. Tal abrangência se justifica à medida que a emergência da temática ambiental no cenário internacional foi impulsionada por evidências cada vez mais

contundentes dos impactos negativos provocados pelas atividades humanas sobre o meio ambiente, evidências estas reveladas por iniciativas tanto individuais quanto coletivas.

O debate relacionado às questões ambientais consolida-se como pauta internacional entre as décadas de 1960 e 1970, como resposta à crescente preocupação pública e política em relação às consequências ambientais advindas da intensa expansão econômica do pós-Segunda Guerra Mundial, período conhecido como a "Era de Ouro do Capitalismo" (Sterling, 1992; Marglin; Schor, 1992 apud Andrade, 2024). Nesse contexto, destacam-se a publicação da obra *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, em 1962, que alertava para os perigos do uso indiscriminado de pesticidas e o relatório *Os Limites do Crescimento*, divulgado pelo Clube de Roma em 1972, o qual problematiza os limites ecológicos do planeta diante do modelo de crescimento econômico e populacional contínuo. Contudo, o principal marco para a ampliação e institucionalização do debate ambiental em escala global foi a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Estocolmo, no ano de 1972 (Andrade, 2024).

No Brasil, embora a trajetória da Educação Ambiental (EA) mantenha estreito diálogo com os desdobramentos do movimento ambientalista internacional, ela apresenta particularidades determinadas pelas condições históricas, políticas e sociais do país. Trata-se de uma nação com um passado colonial, marcada por profundas desigualdades socioeconômicas, detentora de uma megabiodiversidade e que vivenciou, durante boa parte do século XX, um regime militar autoritário. Nesse contexto, a consolidação da EA no Brasil foi atravessada por lutas sociais, disputas simbólicas e demandas específicas que refletem esse cenário (Carvalho, 1998; Reigota, 1998 apud Andrade, 2024).

Apesar desses desafios estruturais, a Educação Ambiental encontrou um campo propício para sua expansão, sendo progressivamente incorporada às políticas públicas, às instituições de ensino superior e às iniciativas da sociedade civil organizada (Dias, 1998; Czapski, 1998; Reigota, 1998 apud Andrade, 2024), como a consolidação da Educação Ambiental no Brasil foi a promulgação da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental. Essa legislação estabeleceu a obrigatoriedade da inserção da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, promovendo sua integração de forma transversal no sistema educacional brasileiro.

2.3 Racismo Ambiental

O conceito de racismo ambiental emergiu no âmbito do movimento por justiça ambiental nos Estados Unidos, durante a década de 1980. Conforme define o professor brasileiro Henri Acselrad, justiça ambiental refere-se “aos princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo”. Entretanto, as desigualdades socioambientais vão além desse ponto: o racismo ambiental, cumulativamente, pode desencadear situações de racismo climático.

Como explica Sanches, populações impactadas por eventos extremos, como secas ou enchentes decorrentes das mudanças climáticas, vivenciam o racismo climático porque já se encontravam em condição de vulnerabilidade social e ambiental, resultante de práticas prévias de racismo ambiental (Miranda, 2023).

O termo ganhou notoriedade a partir da descoberta de uma área contaminada por bifenil policlorado (PCB) em um aterro localizado na Carolina do Norte, nos Estados Unidos. Esse episódio motivou intensos protestos locais, conhecidos como movimento Not in My Backyard (Alier, 2011), que resultaram em mais de 500 prisões e impulsionaram a realização do estudo *Siting of Hazardous Waste Landfills and Their Correlation With Racial and Economic Status of Surrounding Communities*, conduzido pelo General Accounting Office.

O estudo demonstrou que aproximadamente 75% dos aterros de resíduos perigosos estavam localizados em comunidades majoritariamente afro-americanas, embora estas representassem apenas cerca de 20% da população regional (Bullard, 2004a apud Acselrad, 2004). Posteriormente, a partir das conclusões desse estudo, consolidou-se a compreensão de um padrão recorrente na instalação de atividades poluidoras, caracterizando o fenômeno denominado como racismo ambiental.

No Brasil, a persistência dos efeitos do colonialismo manifesta-se, ainda hoje, na marginalização sistemática dos povos originários e de outros grupos socialmente vulnerabilizados, que seguem enfrentando preconceito e a negação de direitos fundamentais, especialmente no que se refere à posse, proteção e uso de seus territórios tradicionais (Costa, 2023, p.1). Com a expansão do agronegócio e de empreendimentos eletrointensivos, setores que historicamente têm contado com o apoio de uma elite política e econômica insensível às demandas sociais e orientada pela defesa de seus próprios interesses e lucros, frequentemente recorrendo a práticas ilegais e violentas (Filho, 2022) intensificam-se os impactos socioambientais diferenciados que incidem sobre diversos grupos.

Nesse cenário, amplia-se o número de populações diretamente afetadas por processos de espoliação territorial e de degradação ambiental. Entre esses grupos encontram-se povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, geraizeiros, quebradeiras de coco babaçu, entre outros representantes de populações tradicionais, todos atingidos, de múltiplas formas, pela lógica predatória do capital (Pacheco, s.d. apud Filgueira, 2021).

Em contextos urbanos, este fenômeno se manifesta de forma expressiva, atingindo principalmente populações residentes em favelas e periferias, territórios ocupados majoritariamente por pessoas negras. A precariedade no acesso a serviços essenciais, como água potável, saneamento básico, infraestrutura urbana e condições dignas de moradia, compromete significativamente a saúde e a qualidade de vida dos moradores, além de intensificar a vulnerabilidade diante dos efeitos das mudanças climáticas, como enchentes e deslizamentos (Gov, 2024).

Diante desse cenário, destaca-se o potencial político do movimento por justiça ambiental, no qual se insere de forma central o debate sobre o racismo ambiental, reforçando a urgência de ampliar as discussões públicas e desenvolver estratégias efetivas de enfrentamento às desigualdades socioambientais persistentes no país.

3. Metodologia

3.1 Proposta de Intervenção

O debate em torno da luta pela justiça climática tem ganhado cada vez mais relevância no cenário contemporâneo. Assim como nas disciplinas de Geografia, em que se analisam os fatores históricos e socioeconômicos que contribuíram para a desigualdade social presente no país, ou em Biologia, onde se aprofunda o estudo sobre o aquecimento global e seus impactos, os ambientes escolares têm se consolidado como espaços fundamentais para a reflexão e o debate acerca das questões socioambientais, em consonância com os princípios estabelecidos pela Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999).

A relevância de abordar essa temática nas escolas decorre do potencial formativo que ela oferece aos estudantes, promovendo o desenvolvimento de um pensamento crítico capaz de articular conhecimento científico, consciência social e ação cidadã. Dessa forma, o processo educativo contribui para que os alunos compreendam a complexidade das questões ambientais e se engajem de maneira informada e reflexiva na luta pela justiça climática e ambiental.

A proposta de intervenção consiste na elaboração de uma solução direcionada à resolução de um problema real identificado no respectivo campo ou núcleo de atuação profissional, com o objetivo de contribuir para a melhoria de serviços, processos e/ou produtos. Nesse contexto, emergiu a proposta de produção do Manual Antirracista Ambiental: Fundamentos e Práticas para o Enfrentamento ao Racismo Ambiental, destinado a educadores, com a finalidade de auxiliá-los na abordagem de um tema ainda pouco explorado no ambiente escolar e social, embora sua relevância seja evidente.

A inspiração para seu desenvolvimento deriva de manuais como o Guia do Cidadão Digital, integrante do programa Cidadão Digital, criado pela SaferNet Brasil em parceria com o Facebook. Esse material foi elaborado em colaboração com a organização Énois, cuja missão é ampliar o acesso a orientações e informações que promovam o uso crítico, seguro e positivo das redes digitais.

Tal lacuna revela a necessidade de instrumentos formativos capazes de fomentar o debate e difundir conhecimentos essenciais sobre o racismo ambiental, contribuindo para a construção de uma consciência crítica e informada sobre essa problemática. Dessa forma, o manual configura-se como um passo inicial para a consolidação de práticas educativas voltadas à promoção da justiça socioambiental, bem como para a identificação dos públicos que poderão ser diretamente beneficiados pela iniciativa.

3.2 Manual Antirracista Ambiental: Um guia para educadores e educadoras

O manual (Fig. 1) ao todo tem 20 páginas e será disponibilizado em drive (<https://11nk.dev/7okhn>), onde poderá ser acessado e baixado pelos educadores interessados. A estrutura foi pensada com base em uma perspectiva histórica e cronológica sobre o tema, de modo a favorecer a compreensão gradual e contextualizada do assunto, além de oferecer contribuições teóricas e práticas para sua aplicação no ambiente educacional.



Fig. 1 (Fonte: Elaboração Própria, 2025)

Na página inicial do material, será apresentada uma mensagem introdutória direcionada ao educador, com o objetivo de contextualizar a elaboração do manual e destacar a relevância de se trabalhar o tema do racismo ambiental no ambiente educacional. Essa introdução tem a função de acolher o leitor e sensibilizá-lo quanto à importância da

disseminação e do debate sobre a temática, especialmente no que se refere à busca por justiça climática e à promoção da equidade socioambiental em nosso país.

Em seguida, será apresentado o sumário, contendo a organização dos temas abordados ao longo do manual, estruturados da seguinte forma:

- Conceituação de racismo ambiental;
- Origem e evolução do termo;
- Apresentação de casos emblemáticos ocorridos no Brasil;
- Sugestões de atividades pedagógicas voltadas ao desenvolvimento do tema em sala de aula ou em redes sociais;
- Estratégias de enfrentamento ao racismo ambiental.

No primeiro tópico, intitulado “Conceituação de racismo ambiental”, é apresentada a definição do termo *racismo ambiental*. Compreender esse conceito revela-se fundamental para o desenvolvimento de uma reflexão crítica e aprofundada acerca da temática.

No segundo tópico, intitulado “Origem e evolução do termo”, será apresentada a trajetória histórica do surgimento e do desenvolvimento desse conceito, mostrando como ele foi construído ao longo do tempo e chegou à sua compreensão atual.

No terceiro tópico, intitulado “Apresentação de casos emblemáticos ocorridos no Brasil”, serão revisados como alguns casos emblemáticos de racismo ambiental registrados no país como Rompimento de barragem em Mariana (2015), Enchentes e deslizamentos de terra no Rio de Janeiro (2011), Enchentes no Rio Grande do Sul (2024) e Caso Braskem (Maceió). O conteúdo contará com imagens ilustrativas e links para reportagens, acompanhados de um resumo histórico para contextualizar a ocorrência dos fatos.

As análises desses acontecimentos têm como objetivo compreender de que forma o racismo ambiental se manifesta em grandes tragédias ambientais, nas consequências do aquecimento global e nos processos de construção e organização das cidades.

No quarto tópico, intitulado “Sugestões de atividades”, serão apresentadas propostas de práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento do tema em contextos educativos, tanto em sala de aula quanto em ambientes virtuais, como as redes sociais. O objetivo de orientar a

aplicação dos conteúdos discutidos, estimulando a reflexão crítica e o engajamento dos participantes. Ao todo foram pensadas quatro atividades, como por exemplo:

- **Atividade: Documentários – Netflix.**

Objetivo: Promover o conhecimento dos alunos sobre o alcance dos streamings como meio de divulgação de produções audiovisuais que abordam temáticas sociais relevantes e incentivar a reflexão crítica a partir da análise de casos de racismo ambiental pouco divulgados pela mídia tradicional, ampliando a visibilidade das lutas e resistências de povos e comunidades historicamente marginalizadas. **Descrição da atividade:** Os alunos deverão acessar o site “Saúde e Conflitos Ambientais”, mantido pela Fiocruz, e escolher, em grupos, um caso relacionado a um grupo social vulnerabilidade como comunidades ribeirinhas, indígenas, quilombolas, entre outros e a uma região específica do país. Cada grupo deverá realizar uma pesquisa aprofundada sobre o caso selecionado, produzindo uma apresentação multimídia que poderá incluir imagens, vídeos, reportagens e dados históricos. Ao término das apresentações, será realizado um compilado dos vídeos produzidos pelos grupos, resultando em uma produção coletiva que se caracteriza como uma espécie de “documentário no estilo Netflix”, com o intuito de divulgar, de forma didática e criativa, os resultados das pesquisas e reflexões sobre o racismo ambiental no Brasil.

- **Atividade: Minecraft – Construindo Histórias e Consciência Ambiental**

Objetivo: Estimular a criatividade e o pensamento crítico dos alunos por meio da elaboração de narrativas digitais que representam situações de racismo ambiental. Nesta etapa, os estudantes, já familiarizados com os aspectos históricos e sociais do tema, serão incentivados a utilizar a imaginação para recriar, no ambiente virtual do jogo *Minecraft*, histórias que expressam a relação entre meio ambiente, desigualdade social e resistência comunitária. **Descrição da atividade:** Os alunos deverão utilizar o jogo *Minecraft* para criar uma narrativa de gameplay, desenvolvendo cenários, personagens e eventos

que ilustram casos de injustiça ou resistência ambiental. Cada grupo poderá representar, por exemplo: comunidades afetadas por enchentes, desmatamento ou poluição; povos tradicionais defendendo seus territórios; soluções sustentáveis criadas coletivamente. Durante o processo, os(as) estudantes deverão registrar vídeos e capturas de tela do desenvolvimento do jogo, narrando as ações realizadas e explicando como elas se relacionam com o tema estudado. Ao final, as produções poderão ser apresentadas à turma em formato de gameplay comentado, promovendo a reflexão sobre as conexões entre tecnologia, educação e consciência ambiental.

*** Alternativa para escolas sem acesso a dispositivos eletrônicos:** Nos casos em que não seja possível utilizar o celular ou computador para a execução do jogo, os alunos poderão reproduzir a proposta de forma analógica, utilizando impressões de personagens e cenários do Minecraft ou apresentações em slides. Nessa versão, os grupos deverão criar a narrativa visualmente, posicionando os personagens e elementos em espaços definidos (como cartazes ou apresentações digitais) e descrevendo oralmente ou por escrito as ações e mensagens de cada cena. Ao término da atividade, cada grupo apresentará sua produção (digital ou analógica) à turma, compartilhando as interpretações, aprendizados e reflexões sobre o racismo ambiental e suas consequências sociais.

No quinto e último tópico, intitulado “Estratégias de enfrentamento ao racismo ambiental”, serão apresentadas diferentes formas de compreender, enfrentar e combater as diversas manifestações do racismo ambiental na sociedade.

4. Considerações Finais

O racismo ambiental é um conceito que descreve práticas de desigualdade e injustiça ambiental que afetem de maneira desproporcional grupos étnicos e populações socialmente vulneráveis (Herculano, 2008). Apesar de sua relevância, o termo ainda é pouco conhecido pela população em geral, o que pode gerar estranheza ou resistência, muitas vezes a partir da percepção equivocada de que se trata apenas de mais uma forma de vitimização de grupos minoritários.

Para que a educação ambiental relacionada ao racismo ambiental seja efetiva, é essencial utilizar estratégias comunicacionais que ultrapassem os limites do marketing institucional e da publicidade autopromocional, promovendo, em seu lugar, a formação de uma consciência ecopolítica nos indivíduos. Nesse sentido, espera-se que a proposta de intervenção seja aplicável tanto no contexto escolar quanto nas redes sociais, com o objetivo de ampliar o alcance das discussões e disseminar o conhecimento sobre o racismo ambiental também no ambiente digital.

Dessa forma, busca-se oferecer aos educadores e demais interessados um material didático estruturado, apto a ser utilizado em diferentes formatos, como imagens, vídeos e publicações interativas de modo a favorecer a sensibilização e o engajamento social em torno da temática. Ao final do trabalho, espera-se que o educador seja capaz de utilizar o manual por meio de uma linguagem educomunicativa, incorporando práticas que integrem comunicação, educação e participação crítica, ampliando assim o alcance e a efetividade das ações pedagógicas voltadas ao enfrentamento do racismo ambiental.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, H. **As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais**. ACSELRAD, H. (Org.) Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2004, pp. 13-35.

ALIER, Joan Martínez. **O Ecologismo dos Pobres**. [S. l.]: Contexto, 2007.

ANDRADE, Daniel Fonseca de. **Conservacionista, Pragmática, Crítica, Pós-Crítica e Decolonial: itinerários epistêmicos da educação ambiental pelas dimensões do pensamento**. Ciencia&Educação, Bauru, v. 30, p. 1-18, 2024.

ANDRADE, Daniel Fonseca de. **Decolonialidade, Biocentrismo e Educação Ambiental**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 49, 2024.

BULLARD, R. Enfrentando o Racismo Ambiental no século XXI. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). Justiça Ambiental e Cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 41-68.

MINC, Carlos. **Ecologia e Cidadania**. 1. ed. [S. l.]: Moderna, 2005. 152 p.

CERIGATTO, Mariana Pícaro. **Experiências Pedagógicas com Mídias e Educação: Caminhos para superar a Abordagem Instrumental e Desenvolver Habilidades Crítico Reflexivas sobre a Cultura Midiática**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 38, p. 1-19, 2022.

CITELLI, Adilson; FALCÃO, Sandra Pereira. **Educomunicação Socioambiental: Cidade e Escola**. Intercom - RBCC, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 21-36, 13 ago. 2020.

CORREIA, Talita de Souza; ARAUJO, Joao Pedro Garcia; SILVA, Aline Luiza da; GUEDES, Valdir Lamim. **Educomunicação Ambiental e a Inter-relação entre Meio Ambiente, Comunicação e Educação**.

COSTA, Maria Fernanda Marcelino. **Conflitos Ambientais e Racismo Ambiental: Um estudo exploratório envolvendo populações indígenas e quilombolas na região Sudeste Brasileira**. Orientador: Leonardo José Lopes. 2023. 58 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Engenharia Ambiental) - IFSULDEMINAS- Campus Inconfidentes, [S. l.], 2023.

CORTES, Tanisse Paes Bóvio Barcelos; MARTINS, Analice de Oliveira; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de. **Educação Midiática, Educomunicação e Formação Docente: Parâmetros dos últimos 20 anos de pesquisas nas bases Scielo e Scopus**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 34. 2018.

FILGUEIRA, André Luiz de Souza. **Racismo Ambiental, Cidadania e Biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas**. Ateliê Geográfico, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 186-201, ago/2021.

FILHO, Daniel Paulino. **A Construção de Subjetividades como Fundamento do Racismo Ambiental contra Comunidades Tradicionais**. Pensata, p. 1-16, dez. 2022.

HERCULANO, Selene. **O clamor por Justiça Ambiental e Contra o Racismo Ambiental**. InterfacEHS, v. 3, n. 1, p. 1-20, abr./2008.

MIRANDA, Emanuely. **Quando a crise climática esbarra no racismo**. Revista ClimaCom, Ciência. Vida. Educação., ano 10, p. 1-4, 2023.

O que é racismo ambiental e de que forma ele impacta populações mais vulneráveis. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contrafake/noticias/2024/o-que-e-racismo-ambiental-e-de-que-forma-impacta-populacoes-mais-vulneraveis>>. Acesso em: 18 nov. 2025.

PORTAL GELEDÉS. **Como a educação antirracista contribui para o entendimento do que é Racismo Ambiental**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/como-a-educacao-antirracista-contribui-para-o-entendimento-do-que-e-racismo-ambiental/>.

REIGOTA, M. **Educação ambiental: fragmentos de sua história no Brasil**. In: NOAL, F. O.; REIGOTA, M.; BARCELOS, V. H. L. (org.). Tendências da educação ambiental brasileira. Santa Cruz Sul: EDUNISC, 1998. p. 11-25.

SAFERNET BRASIL; FACEBOOK; ÉNOIS. **Guia Cidadão Digital**. [s. l.], p. 1-59, 2020.

STERLING, Stephen. **Coming of age – a short history of environmental education** (to 1989). Walsall: National Association for Environmental Education, 1992.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: um campo de mediação**. In: CITELLI, Adilson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho. (Org) **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011. (Coleção Educomunicação)

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação e educação midiática**: vertentes históricas de aproximação entre Comunicação e Educação. In: CORTES, Tanisse Paes Bóvio Barcelos; MARTINS, Analice de Oliveira; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de. **Educação Midiática, Educomunicação e Formação Docente**: Parâmetros dos últimos 20 anos de pesquisas nas bases Scielo e Scopus. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 34. 2018.

TASSARA, E. **Dicionário Socioambiental: idéias, definições e conceitos**. São Paulo: FAART, 2008.